

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
DIREÇÃO DO FÓRUM

PROCESSO SELETIVO PARA JUIZ LEIGO
Paraíso do Norte/PR, terça-feira, dia 11 de outubro de 2016.

INSTRUÇÕES:

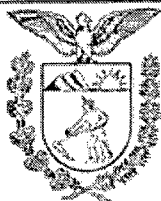
1. Confira, abaixo, o seu Nome e RG e assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 20 questões objetivas e 2 questões subjetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 4 alternativas cada uma, sempre na sequência a, b, c, d, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber o cartão-resposta examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, tendo-se o cuidado de não rasurá-lo.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará na eliminação do candidato.
9. Não será permitido ao candidato manter em seu poder relógios, aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, tablet, calculadora, agenda eletrônica, MP3 etc.), devendo ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no local indicado pelo aplicador da prova. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do processo seletivo.
10. A duração da prova é de 3 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.
12. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

NOME: **FULANO DE TAL - RG 99999-9**

ASSINATURA DO CANDIDATO:

✂

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
DIREÇÃO DO FÓRUM

01. Assinale a alternativa correta:

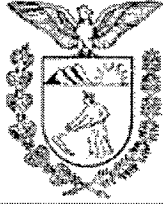
- a) Somente a União, no Distrito Federal e nos territórios poderá criar os Juizados Especiais nos termos do artigo 98 da Constituição Federal.
- b) A União, no Distrito Federal e nos territórios, e os Estados criarão juizados especiais, providos por juizes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e ordinário, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juizes de primeiro grau.
- c) A União, no Distrito Federal e nos territórios, e os Estados criarão juizados especiais, providos por juizes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumário, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juizes de primeiro grau.
- d) A União, no Distrito Federal e nos territórios, e os Estados criarão juizados especiais, providos por juizes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juizes de primeiro grau.

02. Acerca dos juizados especiais cíveis (JECs), assinale a opção INCORRETA de acordo com a Lei 9.099/95:

- a) Nos procedimentos submetidos a julgamento pelo JEC, o autor poderá formular pedido genérico e o juiz poderá, se não for possível definir o valor da condenação, proferir sentença ilíquida e determinar a liquidação por arbitramento ou por artigos.
- b) A execução da sentença condenatória transitada em julgado será feita nos próprios autos e na mesma relação jurídica processual, desde que haja solicitação do credor, dispensando-se nova citação do requerido.
- c) Se o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências, o juiz extinguirá o processo e, se não for provado que a ausência decorreu de força maior, o condenará ao pagamento das custas processuais.
- d) Caso o devedor seja condenado ao pagamento de quantia certa e não o efetue no prazo legal, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de 10%. A multa moratória incide na execução, ainda que o total ultrapasse o valor de 40 salários mínimos.

03. Com base nas disposições legais relativas aos juizados especiais cíveis (Lei n.º 9.099/95), assinale a opção correta:

- a) Caso a sentença transitada em julgado não seja cumprida voluntariamente, proceder-se-á à sua execução, mediante nova citação, se houver solicitação da parte interessada.
- b) Considerando-se os princípios da celeridade e economicidade, a arguição de suspeição ou impedimento do juiz deverá ser deduzida na peça de contestação.
- c) Os embargos contra execução de título executivo extrajudicial deverão ser opostos na audiência de conciliação, após efetuada a penhora.
- d) Ante a complexidade inerente ao seu exame, não é possível a formulação de pedido genérico nas causas de competência do juizado especial cível.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
DIREÇÃO DO FÓRUM

04. Em relação à extinção do processo sem julgamento do mérito, no Juizado Especial Cível é CORRETO dizer que:

- a) Dar-se-á no caso de o processo ficar parado por mais de um ano por negligência das partes, somente se a parte negligente, depois de intimada pessoalmente, não suprir a falta em cinco dias.
- b) Em qualquer hipótese, dependerá da intimação pessoal da parte, para suprir a falta em quarenta e oito horas.
- c) Dar-se-á no caso de a parte autora, por não promover os atos e diligência que lhe competir abandonar a causa por mais de trinta dias, e, intimado pessoalmente, não suprir a falta em quarenta e oito horas.
- d) Em qualquer hipótese, não dependerá de prévia intimação pessoal das partes.

05. Em relação ao comparecimento das partes à audiência, no Juizado Especial Cível, é INCORRETO dizer que:

- a) Não comparecendo o demandado, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.
- b) Não comparecendo o demandante, extinguir-se-á o processo.
- c) Não comparecendo o demandante, o Juiz dispensará a produção das provas por ele requerida.
- d) Não comparecendo a testemunha intimada, o Juiz poderá determinar a sua imediata condução.

06. Quanto aos requisitos da sentença proferida no Juizado Especial Cível, é CORRETO afirmar que são:

- a) o relatório, os fundamentos, o dispositivo, vedado ao Juiz proferir sentença ilíquida quando o autor tiver formulado pedido certo.
- b) os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensando o relatório, devendo o Juiz proferir sempre sentença líquida, ainda que genérico o pedido.
- c) os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensando o relatório, vedado ao Juiz proferir sentença ilíquida, quando o pedido for certo.
- d) o relatório, os fundamentos, o dispositivo, devendo o Juiz proferir sempre sentença líquida, ainda que genérico o pedido.

07. Incluem-se na competência dos Juizados Especiais Cíveis:

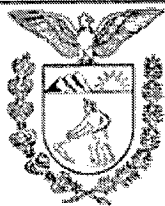
- a) causas cujo valor, não exceda a quarenta vezes o salário mínimo e ações possessórias sobre bens imóveis sem qualquer limitação de valor da causa.
- b) ação de despejo para uso próprio e causas enumeradas no art. 275, inc. I do CPC.
- c) causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo e ação de despejo para uso próprio.
- d) causas enumeradas no art. 275, I, do CPC e ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a vinte salários mínimos.

08. Quanto ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) no âmbito da Lei 9.099/95, é possível a formulação de pedido oralmente.
- b) não é possível a citação editalícia.
- c) o mandado ao advogado poderá ser verbal.
- d) não se admitirá reconvenção nem a formulação de pedido genérico.

09. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) da sentença, ainda que homologatória de conciliação, caberá recurso para o próprio Juizado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
DIREÇÃO DO FÓRUM

- b) o preparo do recurso será feito em 48 horas seguintes à interposição mediante intimação.
- c) os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo máximo de dez dias.
- d) interpostos contra sentença, os embargos de declaração suspendem prazo para recurso.

10. No tocante aos juizados especiais cíveis, nos termos da Lei 9.099/95, assinale a alternativa CORRETA:

- a) não comparecendo o réu à audiência de conciliação e julgamento ou à de instrução e julgamento, os fatos narrados na inicial deverão ser considerados verdadeiros, mesmo que o juiz esteja convicto do contrário.
- b) a citação no juizado especial cível se fará por correspondência, não se admitindo a citação por edital ou por mandado a ser cumprido por oficial de justiça, em razão do princípio da celeridade que norteia os processos regulados pela mencionada lei.
- c) os direitos indisponíveis não podem ser discutidos no juizado especial cível, uma vez que o interesse público exige a discussão deles por meio de procedimentos em que é possível produzir provas de maior complexidade.
- d) pedido contraposto não pode ser deduzido na resposta do réu.

11. Assinale a alternativa CORRETA (enunciados FONAJE):

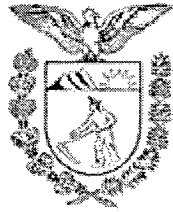
- a) As empresas públicas e sociedades de economia mista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podem ser demandadas nos Juizados Especiais.
- b) Nos juizados especiais, são cabíveis embargos declaratórios contra acórdão ou súmula na hipótese do art. 46 da Lei nº 9.099/1995, com finalidade exclusiva de prequestionamento, para fins de interposição de recurso extraordinário..
- c) Das decisões proferidas pelas Turmas Recursais em mandado de segurança cabe recurso ordinário.
- d) A penhora de valores através do convênio Bacen/Jud não poderá ser determinada de ofício pelo Juiz.

12. Assinale a alternativa CORRETA (enunciados FONAJE):

- a) Não é obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial..
- b) O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade.
- c) A gratuidade da justiça abrange o valor devido em condenação por litigância de má-fé.
- d) A intimação da penhora e avaliação realizada na pessoa do executado não dispensa a intimação do advogado. Sempre que possível o oficial de Justiça deve proceder a intimação do executado no mesmo momento da constrição judicial.

13. Assinale a alternativa INCORRETA (enunciados FONAJE):

- a) A mera recusa ao pagamento de indenização decorrente de seguro obrigatório configura dano moral.
- b) É abusiva a cláusula que prevê a devolução das parcelas pagas à administradora de consórcio somente após o encerramento do grupo. A devolução deve ser imediata, os valores atualizados desde os respectivos desembolsos e os juros de mora computados desde a citação.
- c) O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento a recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio Juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de cinco dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
DIREÇÃO DO FÓRUM

d) A penhora de valores depositados em banco poderá ser feita independentemente de a agência situar-se no Juízo da execução.

14. Assinale a alternativa CORRETA (enunciados FONAJE):

- a) O artigo 475, "j" do CPC – Lei 11.323/05 – aplica-se aos Juizados Especiais, ainda que o valor da multa somado ao da execução ultrapasse o valor de 40 salários mínimos.
- b) Não é cabível, em Juizados Especiais Cíveis, a propositura de ação de revisão de contrato, inclusive quando o autor pretenda o parcelamento de dívida, observado o valor de alçada.
- c) A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, não implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento.
- d) Cabe recurso adesivo em sede de Juizado Especial, mesmo havendo falta de expressa previsão legal.

15. Assinale a alternativa CORRETA (enunciados FONAJE):

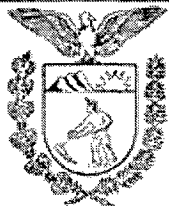
- a) Nas ações derivadas de acidentes de trânsito a demanda não poderá ser ajuizada contra a seguradora, isolada ou conjuntamente com os demais coobrigados..
- b) O advogado cujo nome constar do termo de audiência não estará habilitado para todos os atos do processo, inclusive para o recurso.
- c) No processo de execução, esgotados os meios de defesa e inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se a pedido do exequente certidão de dívida para fins de inscrição no serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade.
- d) A prerrogativa de foro na esfera penal afasta a competência dos Juizados Especiais Cíveis.

16. Acerca da Lei 12.153/2009 assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública, órgãos da justiça comum e integrantes do Sistema dos Juizados Especiais, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.
- b) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de Interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
- c) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- d) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é concorrente.

17. Acerca da Lei 12.153/2009 assinale a alternativa CORRETA:

- a) Seguindo-se a sistemática do Código de Processo Civil haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- b) Os juizes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante todos os Juizados Especiais da Fazenda Pública instalados em território nacional, enquanto no desempenho de suas funções.
- c) Cabe ao conciliador, sob a supervisão do juiz, conduzir a audiência de conciliação. Contudo, referido auxiliar não poderá, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
DIREÇÃO DO FÓRUM

d) não caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.

18. De acordo com o CODJ, integram o Sistema dos Juizados Especiais:

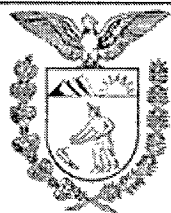
- a) Os juízes de paz, o Conselho de Supervisão, a Turma Recursal e os Juizados Criminais.
- b) Os juízes de paz, o Conselho de Supervisão, a Turma Recursal e os Juizados Cíveis.
- c) O Conselho de Supervisão, as Turmas Recursais, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
- d) O Conselho de Supervisão, as Turmas Recursais, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e os juízes leigos.

19. Tratando-se de crime de ação penal de iniciativa pública condicionada a representação, ocorrendo acordo civil na audiência preliminar isso acarretará:

- a) que os autos aguardem o decurso do prazo decadencial.
- b) tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- c) o prosseguimento do feito para a aplicação do preceito secundário da norma penal.
- d) a extinção da punibilidade do ofendido nos termos do inciso I do artigo 107 do Código Penal.

20. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de:

- a) medida de segurança.
- b) medida sócio educativa.
- c) mandado de segurança.
- d) pena restritiva de direitos ou multas a ser especificada na proposta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
DIREÇÃO DO FÓRUM

GABARITO

NOME:

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

ASSINATURA: _____

1) Explique como se dá a inversão do ônus da prova prevista no CDC, no âmbito dos Juizados Especiais. (máx. 10 linhas).

2) Com os dados abaixo, fazer uma minuta de sentença:

FATOS: No dia 13/07/2016, ao ser chamada para assinar um contrato de financeiro imobiliário junto à Caixa Econômica Federal, para fins de aquisição da tão sonhada casa própria, a Requerente MARIANNA SILVA foi surpreendida com 01 (uma) restrição que consta em seu nome junto ao SCPC, no valor de R\$663,40 (seiscentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), em aberto junto à empresa Requerida SKAY BRASIL LTDA, incluída no dia 12/07/2016 no sistema do SCPC. Ocorre que, a Requerente jamais efetuou qualquer compra ou realizou qualquer contrato junto à empresa Requerida ou autorizou terceiros a fazê-lo. A Requerente nunca assumiu qualquer obrigação perante a Requerida. Em contato telefônico com a empresa Requerida, a Requerente descobriu que o endereço que consta junto ao sistema da Requerida, como sendo supostamente da Requerente é da cidade de Salvador – Bahia. Ocorre que, a Requerente reside nesta cidade de Paraíso do Norte – Paraná há mais e 56 (cinquenta e seis) anos, local onde trabalha como professora há mais de 36 (trinta e seis) anos. Sob o império da presente situação, inúmeros são os prejuízos, infortúnios e situações vexatórias com que a Requerente tem se de parado, pois não consegue realizar qualquer compra a crédito ou operação financeira em virtude de seu “nome sujo na praça”. Há de se frisar, que a Requerente não possui nenhuma outra restrição em seu nome, somente esta que lhe impede de retornar a uma vida totalmente digna. Assim, por conta desta injusta e absurda situação, a Autora experimentou e vem experimentando severos danos morais, não lhe restando outra opção, que senão, socorrer-se junto ao sempre pronto Poder Judiciário, para solução do problema.

PEDIDOS: **A)** Tutela de Urgência, determinando de forma imediata, a retirada do nome da Requerente dos cadastros de proteção ao crédito, em especial do SCPC; **B)** Julgar procedente a Ação de Reparação por Danos Morais, para que seja a Requerida condenada no pagamento dos danos morais sofridos pela Requerente, no importe de R\$15.0000,00.

CONTESTAÇÃO: A requerida em sua contestação sustentou não possuir qualquer responsabilidade pelos fatos narrados, haja vista não ter localizado assinatura e cobranças em desfavor da autora; sustentou a inexistência de danos morais, bem como a impossibilidade de inversão do ônus da prova.

OBS: A antecipação da tutela foi concedida, determinando-se a suspensão da restrição do nome da parte autora no que tange ao débito indicado pela requerida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE
DIREÇÃO DO FÓRUM

GABARITO

1 D	2 A	3 C	4 D	5 C	6 B	7 C	8 D	9 D	10 C
11 A	12 B	13 A	14 A	15 C	16 D	17 B	18 C	19 B	20 D